

Escolaridade do trabalhador formal no RS: evolução em um quadro de diversidades regionais

*Guilherme Gaspar de Freitas Xavier Sobrinho**

*Sheila Sara Wagner Sternberg***

*Maria Isabel Herz da Jornada****

Neste texto, são apresentados alguns resultados de uma pesquisa, desenvolvida no Núcleo de Estudos do Trabalho (NET) da FEE, que tem por objetivo analisar as transformações ocorridas no mercado de trabalho gaúcho ao longo da década de 90, a partir de um recorte regional, que toma por base a subdivisão do Rio Grande do Sul em 22 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes).

Na primeira fase da investigação, da qual deriva o presente artigo, busca-se, a partir de fontes secundárias, compor um quadro de referência sobre a trajetória recente desses diferentes mercados de trabalho, enfatizando-se a importância de considerar e conhecer a heterogeneidade das realidades regionais. Uma séria limitação, entretanto, coloca-se de imediato frente a esse objetivo: a insuficiência de dados estatísticos que sustentem uma observação sistemática e consistente, no nível das regiões do Estado, de algumas das principais categorias de análise do mercado de trabalho — a taxa de participação, a População Economicamente Ativa, as taxas de desemprego, o nível de ocupação segundo a posição na ocupação, dentre outras.

Tendo presente a restrição que essa alternativa implica, empreende-se uma análise das características e das transformações ocorridas nesses mercados regionais, tomando-se por base, fundamentalmente, os dados referentes ao emprego formal, disponíveis na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) — único levantamento que constitui

* Sociólogo, Técnico da FEE.

** Engenheira Química, Técnica da FEE.

*** Socióloga, Técnica da FEE.

Os autores agradecem aos colegas do Núcleo de Estudos do Trabalho, Raul Bastos, Ilaine Zimmermann e Walter Pichler, pela discussão da versão preliminar deste artigo.

uma base com registros anuais e dados municipalizados. A limitação mais severa que essa fonte impõe ao alcance dos resultados é sua inadequação para apreender, seja a magnitude do desemprego, seja a realidade da ocupação não assalariada e dos vínculos empregatícios não oficializados, que têm, historicamente, importante presença no mercado de trabalho brasileiro e que, na década de 90, mostram marcante expansão no Rio Grande do Sul (De Toni, Xavier Sobrinho, 1997; Xavier Sobrinho et al., no prelo). Essa perda de acuidade é especialmente restritiva quando se trata de comparar trajetórias de regiões nas quais, presumivelmente, a distribuição dos ocupados entre vínculos formais e informais é bastante heterogênea.

Outra restrição que merece destaque se refere às estatísticas do MTE, mesmo quanto ao segmento do mercado de trabalho a que se limita. O NET é tradicional usuário tanto da RAIS quanto do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), reconhecendo nessas bases de dados valiosas ferramentas de investigação. Todavia, como o próprio Ministério costuma frisar, os dados constituem-se em registros administrativos, não havendo procedimento de crítica ou checagem de erros de informação eventualmente cometidos pelos respondentes. O grau de cobertura da RAIS é muito elevado (estimado pelo MTE em mais de 90% do universo a ser abrangido), mas, ainda assim, os resultados tendem a ser tão menos precisos quanto mais desagregadas forem as informações tabuladas. No estudo em curso, o NET construiu séries a partir das estatísticas de cada município do Estado (posteriormente, agrupadas segundo a regionalização por Coredes). Nesse nível geográfico, utilizaram-se cruzamentos de variáveis setoriais com atributos dos empregados. Esse grau de abertura, em alguns casos, gerou resultados que aparentavam escassa confiabilidade ou, mesmo, que carregavam flagrante inconsistência.¹ Não obstante a autorização do MTE para que se ajustem os dados da RAIS, evitou-se, neste estudo, qualquer iniciativa nesse sentido — salvo casos extremos —, preferindo-se apresentar uma advertência ao leitor quando um dado gera desconfiança.

Com todas as ressalvas, a investigação tem oportunizado uma primeira apreensão do comportamento dos mercados de trabalho das 22 regiões do Estado, permitindo identificar especificidades e contrastar a intensidade com que se manifestam tendências anteriormente observadas para o agregado estadual. Os primeiros resultados já são conhecidos, dado que originaram dois artigos publicados por esta revista (Sternberg, Jornada, Xavier Sobrinho, 2000;

¹ É o que se verifica, por exemplo, para o Município de Mormaço, da Região Alto Jacuí. Em 1997, seu estoque de emprego formal, na RAIS, é superior à população total e assinala um aumento de 4.350% relativamente ao ano anterior.

Sternberg, 2000). Um caracterizou o movimento do emprego formal no agregado do Estado, ao longo da década, destacando as variações de estoques de postos de trabalho observadas nos Coredes — incluída, nesse procedimento, uma abertura em setores de atividade. No segundo, tratou-se de examinar a trajetória do emprego formal em uma região específica, o Corede Vale do Rio dos Sinos, com realce para alguns atributos da força de trabalho e para o rendimento nos anos 90.

No presente artigo, consolidam-se resultados de um passo seguinte da análise, voltado para apreender a evolução do perfil do trabalhador formal no Estado, contemplando-se as diferenças inter-regionais. Neste momento, apresentam-se as evidências detectadas no que diz respeito à evolução da escolaridade da força de trabalho. Subjacente a este estudo, está a noção de reestruturação produtiva que, no Brasil, entre inúmeras particularidades de sua trajetória e do perfil produtivo nacional, incide sobre um mercado de trabalho com forte presença de “posições na ocupação” precárias e caracterizado por um padrão de escolarização da população extremamente baixo para os níveis internacionais. Com efeito, da População em Idade Ativa no Brasil, em 1999, 65,93% não haviam concluído o ensino fundamental, enquanto, para a População Economicamente Ativa, essa parcela era de 58,82% (PNAD, 1999). Este último aspecto vem sendo problematizado tanto do ponto de vista da competitividade sistêmica do País, quanto sob a ótica das possibilidades de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho.

Não é objetivo do presente texto tratar dessa importante discussão. Busca-se, fundamentalmente, disponibilizar resultados que permitem caracterizar a evolução do mercado de trabalho do Estado e de suas regiões sob o ponto de vista da escolaridade, como forma de subsidiar o debate e a intervenção sobre essas formações específicas.

Procurou-se apontar, de modo bastante sumário, a forma como, nas diferentes regiões do Estado, se distribuem os trabalhadores do mercado formal de trabalho segundo estratos de escolaridade, destacando-se, a seguir, a evolução nessa distribuição ao longo da década de 90 (1989-97).² A análise da evolução do nível de escolaridade dos trabalhadores, tanto para o agregado do Estado como para cada um dos Coredes, foi feita a partir de um indicador sintético (razão), obtido através do quociente entre o índice que expressa a variação do

² Apesar de ter sido divulgada recentemente a edição da RAIS de 1998, considerou-se interessante manter o recorte de tempo utilizado nos artigos anteriores, para que o leitor possa nele resgatar elementos comparáveis, que podem servir de pano de fundo para a presente análise.

número de trabalhadores que não completaram o ensino fundamental e o que expressa a variação do número total de trabalhadores, no período 1989-97, tendo como base 1989 = 100. Assim sendo, valores inferiores a 1,00 indicam diminuição relativa da parcela de trabalhadores menos escolarizada e a conseqüente melhoria do quadro de escolaridade. Portanto, quanto menor o valor obtido, melhor terá sido a evolução da escolaridade dos empregados formais da região enfocada.

Dessa forma, organiza-se o texto em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção contempla a situação de escolaridade da população empregada no mercado formal e a sua evolução, na década de 90, no Rio Grande do Sul. A segunda, retomando as mesmas dimensões de análise, volta-se para os espaços regionais, buscando os contrastes que sinalizem as especificidades de cada recorte geográfico.

1 - A mudança sob a perspectiva do agregado do RS

A evolução recente do mercado de trabalho formal no Rio Grande do Sul aponta uma tendência de elevação do perfil de escolaridade da força de trabalho. A contração de 6,33% no nível de emprego formal entre os anos de 1989 e 1997 foi acompanhada de uma queda de 24,61% no contingente de trabalhadores menos escolarizados — aqueles sem o ensino fundamental completo —, enquanto os mais escolarizados (com o ensino fundamental, completo ou mais) cresceram 14,88%. Como resultado, alteraram-se as participações relativas no total do emprego, com o recuo da parcela de empregados que não haviam completado o ensino fundamental, de 51,01% em 1989 para 41,06% em 1997; ou seja, ao se aproximar o final da década, mais da metade da população empregada no setor formal da economia gaúcha tinha, no mínimo, o ensino fundamental completo.

O aumento da parcela de trabalhadores com ensino fundamental completo entre os empregados formais do Estado, embora generalizado, teve intensidade diferenciada de acordo com o setor de atividade (Tabela 1). Apenas nos serviços industriais de utilidade pública (SIUP) — setor cujos dados, nas bases do MTE, apresentam, com freqüência, aparentes incongruências e que abarcava, em 1997, tão-somente 1,24% do universo pesquisado —, apurou-se expansão relativa do estrato menos escolarizado.

Em quatro dos oito setores houve, entre 1989 e 1997, queda do emprego total acompanhada de retração, proporcionalmente mais acentuada, do estrato com mais baixa escolaridade. Trata-se da indústria de transformação, do comércio, da administração pública e da extrativa mineral.

Tabela 1

Índices do emprego total e do contingente de trabalhadores com ensino fundamental incompleto e indicador sintético, por setores de atividade, no RS — 1989-97

SETORES DE ATIVIDADE	EMPREGO TOTAL	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	INDICADOR SINTÉTICO
Extrativa mineral	84,65	68,30	0,81
Indústria de transformação	79,00	65,84	0,83
Serviços industriais de utilidade pública	106,05	172,59	1,63
Construção civil	138,76	119,75	0,86
Comércio	96,01	70,70	0,74
Serviços	100,62	78,85	0,78
Administração pública	97,17	76,71	0,79
Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca	249,86	244,15	0,98
Outros/ignorado	2,52	2,79	1,11
TOTAL	93,67	75,39	0,80

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS — RAIS (1989/97). Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno).

NOTA: Os índices têm como base 1989 = 100.

Em três outros setores — o SIUP, a agropecuária e a construção civil —, houve aumento do número total de trabalhadores, tendo ocorrido acréscimo também no conjunto de empregados que não haviam concluído o ensino fundamental. No SIUP, como foi referido, o contingente dos menos escolarizados cresceu relativamente mais do que o total. Nos outros dois setores, a elevação do nível de emprego deu-se com expansão da participação dos trabalhadores com ensino fundamental completo.

Nos serviços, por fim, houve expansão do emprego total com redução absoluta do contingente menos escolarizado.

A partir do indicador sintético construído para esta análise, observa-se que o “reforço” na escolaridade que ele permite apurar foi mais marcante no comércio. Seguem-se, com resultados muito próximos entre si, os serviços e a administração pública. Assim, são os setores do Terciário que se destacam na configuração da tendência detectada, tendo-se presente que esse agregado abarcava, em 1997, praticamente dois terços do emprego formal no Estado.³ O Secundário, com a exceção do SIUP, também mostra ganho de participação, ainda que um pouco menos expressivo, dos trabalhadores com ensino fundamental completo. Por fim, no Setor Primário, o indicador aponta que praticamente não houve alteração na distribuição dos trabalhadores segundo esse corte em dois grandes grupos de escolaridade.⁴

Embora esteja sendo salientada, nesta análise, a evolução, entre 1989 e 1997, na distribuição da escolaridade dos trabalhadores, não se deve perder de vista que o “movimento” captado incide sobre realidades bastante diferenciadas setorialmente (Tabela 2). Tomando-se o ano final da série, 1997, observa-se que a parcela de trabalhadores que não tinham ensino fundamental completo oscilava de uma participação de 23,46% do total de empregados na administração pública até 76,62% na agropecuária. Entre esses extremos, os empregados menos escolarizados representavam 67,28% do total na construção civil; 63,02% na extrativa mineral; 58,10% na indústria de transformação; 40,20% no SIUP; e — num virtual “empate” — 32,97% e 32,79% no comércio e nos serviços respectivamente.

³ A respeito da distribuição setorial do emprego no Rio Grande do Sul e nos Coredes, na década de 90, ver Sternberg, Jornada e Xavier Sobrinho (2000).

⁴ Cabe ressaltar que a limitação de se utilizarem dados restritos ao emprego formal é especialmente relevante para o Setor Primário, em que, segundo a PNAD-97, apenas 5,9% das ocupações se constituíam em vínculos legalizados de emprego.

Tabela 2

Participação percentual dos trabalhadores com ensino fundamental incompleto no emprego total, por setores de atividade, no RS — 1989 e 1997

SETORES DE ATIVIDADE	1989	1997
Extrativa mineral	78,10	63,02
Indústria de transformação	69,72	58,10
Serviços industriais de utilidade pública	24,70	40,20
Construção civil	77,97	67,28
Comércio	44,77	32,97
Serviços	41,84	32,79
Administração pública	29,72	23,46
Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca	78,41	76,62
Outros/ignorado	47,92	53,07
TOTAL	51,01	41,06

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS — RAIS (1989/97). Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno).

2 - A mudança sob a perspectiva dos espaços regionais

Uma avaliação sintética da evolução da condição de escolaridade dos trabalhadores regularmente empregados no Estado e nas suas distintas regiões, conforme o recorte dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, aponta como primeira constatação uma melhora generalizada do nível médio de escolaridade no período 1989-97, mesmo que com intensidades distintas entre as regiões. Os valores do indicador sintético, calculados para os 22 Coredes, tiveram pequena dispersão (coeficiente de variação de 6,93), oscilando entre 0,73 (Corede Noroeste Colonial) e 0,99 (Coredes Alto Jacuí e Médio Alto Uruguai), ficando a do Rio Grande do Sul em 0,80 (Tabela 3).

Tabela 3

Indicador sintético, média dos indicadores sintéticos, desvio padrão e coeficiente de variação, por Corede — 1989-97

DISCRIMINAÇÃO	INDICADOR SINTÉTICO
Alto Jacuí (1)	0,99
Campanha	0,88
Central	0,90
Centro-Sul	0,86
Fronteira Noroeste	0,84
Fronteira Oeste	0,87
Hortênsias	0,80
Litoral	0,86
Médio Alto Uruguai	0,99
Metropolitano Delta do Jacuí	0,88
Missões	0,91
Nordeste	0,88
Noroeste Colonial	0,73
Norte	0,93
Paranhana	0,85
Produção	0,87
Serra	0,79
Sul	0,84
Vale do Caí	0,89
Vale do Rio dos Sinos	0,80
Vale do Rio Pardo	0,79
Vale do Taquari	0,85
Rio Grande do Sul	0,80
Média	0,86
Desvio padrão	0,06
Coeficiente de variação	6,93

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS — RAIS (1989/97). Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno).

(1) O indicador sintético do Corede Alto Jacuí refere-se ao período 1989-96, em função de problemas identificados e confirmados pela DATAMEC em dados referentes a esse Corede, no ano de 1997.

Ao se verificar como se processou a mudança nesses espaços regionais, é preciso considerar que as situações de escolaridade são bastante diversas entre eles, pois estão referidas não só a condições históricas e a “vocações” locais, como a políticas públicas de desenvolvimento e de promoção do emprego, que atingem as regiões de forma diferenciada. Observa-se, assim, que, ao lado de Coredes como o Metropolitano Delta do Jacuí — que apresenta a melhor condição de escolaridade desde o início da série, passando de 37,52% dos seus trabalhadores sem o fundamental completo para 32,90% em 1997, atingindo 38,68% a redução do número de empregados nesse contingente —, existem outros, como o Paranhana, que permanecia, em 1997, como o caso mais crítico dentre todos, ostentando uma participação relativa de 68,07% dos trabalhadores menos escolarizados. Cabe ressaltar que a proporção representada por esse segmento marcou recuo, nessa região, relativamente a 1989, quando atingiu 80,00% — embora o total do emprego de trabalhadores sem ensino fundamental completo tenha tido acréscimo no período (de 7,89%), essa elevação foi bem inferior à observada para o emprego total do Corede (26,80%).

Entre esses pontos extremos, podem-se destacar duas situações distintas: os Coredes em que, em 1997, a participação do contingente com ensino fundamental incompleto ficou abaixo do agregado do Estado (41,06%) e aqueles em que a participação desse estrato ficou acima do agregado. No primeiro grupo, que comporta apenas cinco Coredes, encontram-se o Noroeste Colonial (38,73%), o Fronteira Noroeste (39,14), o Médio Alto Uruguai (39,75%), o Central (40,16%) e o Produção (40,23%). Do segundo grupo, que abarca a maior parte das regiões, vale destacar o Missões, com participação muito próxima à do Estado, 42,04%, e o Vale do Caí e o Hortênsias, com praticamente a mesma participação da parcela menos escolarizada, com 58,87% e 58,30% respectivamente — as maiores distâncias do agregado estadual (Tabela 4).

Conhecidas as circunstâncias regionais, volta-se o olhar para a cadência da mudança em cada um desses espaços, lembrando que o impacto desses movimentos regionais na dimensão estadual depende, naturalmente, da importância relativa de cada uma dessas regiões na configuração do mercado de trabalho sul-rio-grandense. Com efeito, dos três Coredes mais importantes do ponto de vista do emprego, em 1997 — o Metropolitano Delta do Jacuí, que responde por 35,73% da população empregada no Estado, o do Vale do Rio dos Sinos, com 12,96% do emprego estadual, e o da Serra, que detém 9,81% do total empregado —, só o primeiro não se sobressaiu em termos de melhoria relativa, o que pode estar associado ao fato de que, conforme já foi visto, vinha de uma condição de escolaridade privilegiada frente aos demais.

Tabela 4

Participação percentual dos trabalhadores com ensino fundamental incompleto no emprego total, por Corede e para o total do RS — 1989 e 1997

COREDES	1989	1997
Alto Jacuí (1)	50,59	49,85
Campanha	48,38	42,73
Central	44,42	40,16
Centro-Sul	61,70	52,79
Fronteira Noroeste	46,60	39,14
Fronteira Oeste	50,53	43,85
Hortênsias	73,22	58,30
Litoral	59,70	51,37
Médio Alto Uruguai	40,16	39,75
Metropolitano Delta do Jacuí	37,52	32,90
Missões	45,99	42,04
Nordeste	54,21	47,57
Noroeste Colonial	52,78	38,73
Norte	50,77	47,11
Paranhana	80,00	68,07
Produção	46,12	40,23
Serra	57,61	45,62
Sul	62,01	51,84
Vale do Cai	65,83	58,87
Vale do Rio dos Sinos	66,30	52,74
Vale do Rio Pardo	56,49	44,75
Vale do Taquari	62,60	53,32
Total RS	51,01	41,06

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS — RAIS (1989/97). Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno).

(1) Os valores do Corede Alto Jacuí referem-se ao período 1989-96, em função de problemas identificados e confirmados pela DATAMEC em dados referentes a esse Corede, no ano de 1997.

Com o indicador sintético, estabeleceu-se um ordenamento que permite visualizar como cada uma das regiões do Rio Grande do Sul se situou em relação às demais e ao agregado do Estado no que diz respeito à evolução da escolaridade entre 1989 e 1997.

Em um primeiro tratamento desses resultados, agruparam-se os Coredes em dois blocos: os que apresentaram crescimento do emprego total (Tabela 5) e os que experimentaram retração do emprego total (Tabela 6). No primeiro grupo, estão o Alto Jacuí⁵, o Fronteira Noroeste, o Litoral, o Médio Alto Uruguai, o Nordeste, o Noroeste Colonial, o Norte, o Paranhana, o Produção, o Serra, o Vale do Rio Pardo e o Vale do Caí, representando cerca de 30% do total de empregados do Estado. O segundo grupo, o daqueles que perderam postos de trabalho, é formado pelos Coredes Campanha, Central, Centro-Sul, Fronteira Oeste, Hortênsias, Metropolitano Delta do Jacuí⁶, Missões, Sul, Vale do Rio dos Sinos e Vale do Taquari, concentrando em torno de 70% dos trabalhadores regularmente empregados no Estado. Feitas essas distinções, uma primeira constatação é a de que as médias dos índices calculados para cada um dos grupos são praticamente as mesmas — 0,87 e 0,86 —, podendo-se observar que o primeiro grupo era o menos homogêneo, com um coeficiente de variação de 8,39, enquanto, para o segundo, a dispersão era bem menor, 4,45. Portanto, ao menos nesse nível, a comparação inter-regional não gerou evidências de um diferencial de evolução da escolaridade dos trabalhadores que “favorecesse” situações em que o mercado formal se retrai ou aquelas em que ele se expande.

O exame no interior de cada grupo mostra que, no primeiro, figuram três Coredes que são os destaques no *ranking*, em função de os seus índices estarem abaixo do registrado pelo Estado (0,80): o Noroeste Colonial (0,73), o Serra (0,79) e o Vale do Rio Pardo (0,79). Os outros destaques, o Corede Hortênsias e o Vale do Rio dos Sinos, que alcançaram o mesmo índice do Estado (0,80), eram do segundo grupo, onde houve queda do emprego. Ao longo dos anos enfocados, essas cinco regiões, isoladamente, evoluíram melhor do que as outras no que respeita à condição de escolaridade dos seus trabalhadores. Na sequência,

⁵ Os índices e o indicador sintético do Corede Alto Jacuí foram calculados para o período 1989-96, em função de problemas identificados e confirmados pela DATAMEC em dados referentes a esse Corede, em 1997.

⁶ O valor do indicador sintético do Corede Metropolitano Delta do Jacuí deve ser visto com cautela, uma vez que o emprego na administração pública, setor que concentra cerca de um terço do emprego da região, se encontra subestimado por problemas na base de dados, conforme informou a DATAMEC, o que pode ter causado distorção no cálculo desse indicador.

com razões acima do valor do Estado e até 0,86,⁷ aparecem regiões de ambos os grupos, o Corede Fronteira Noroeste (0,84), o Sul (0,84), o Paranhana (0,85), o Vale do Taquari (0,85), o Litoral (0,86) e o Centro-Sul (0,86). Os demais alcançaram valores acima de 0,86, o que pode ser considerado pouco expressivo, já que, quanto mais próximo de um se encontrar o índice, menores as alterações na situação de escolaridade relativamente à evolução do emprego total da região. Nesse sentido, os Coredes que melhoraram menos foram Alto Jacuí e Médio Alto Uruguai, com um índice de 0,99, indicando que a parcela de trabalhadores menos escolarizados variou quase na mesma proporção do total de trabalhadores.

Uma constatação que emerge dos dados observados é a de que, naquelas 10 regiões em que houve retração de postos de trabalho, se registrou um encolhimento maior ainda do efetivo menos escolarizado, o que sugere que a contração do nível de emprego teve como alvo preferencial a demissão de trabalhadores com baixo nível educacional, repercutindo uma elevação da participação dos mais escolarizados, haja vista o Corede Hortênsias, que sofreu um recuo de 8,74% no emprego total e de 27,34% na parcela menos escolarizada (Tabela 6). Dentre aquelas que registraram ampliação do emprego (Tabela 5), seis regiões apresentaram diminuição do número absoluto de trabalhadores sem o ensino fundamental completo, como é o caso dos recém-mencionados Coredes Vale do Rio Pardo e Noroeste Colonial. O primeiro experimentou uma expansão de 5,03% no total do emprego contra uma redução de cerca de 16,79% no contingente com nível de escolaridade inferior, enquanto, no outro, o emprego aumentou 3,17%, e o segmento da força de trabalho menos escolarizado diminuiu 24,29%. Nas outras seis regiões em que houve crescimento do emprego total, ocorreu, também, elevação do número de trabalhadores sem ensino fundamental completo, embora, nesse caso, tenha havido uma variação proporcionalmente menor à verificada para o emprego total, podendo-se citar o Corede Litoral, com um avanço de 20,80% no emprego total e de 3,94% no emprego dos menos escolarizados.

⁷ Considera-se o limite superior desse grupo aquele que soma um desvio padrão (0,06) ao valor do indicador sintético do Rio Grande do Sul (0,80).

Tabela 5

Índices do emprego total e do contingente de trabalhadores com ensino fundamental incompleto e indicador sintético nos Coredes com crescimento do emprego total — 1989-97

COREDES	EMPREGO TOTAL	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	INDICADOR SINTÉTICO
Alto Jacuí (1)	100,19	98,72	0,99
Fronteira Noroeste	115,39	96,91	0,84
Litoral	120,80	103,94	0,86
Médio Alto Uruguai ...	142,92	141,46	0,99
Nordeste	114,85	100,78	0,88
Noroeste Colonial	103,17	75,71	0,73
Norte	129,36	120,02	0,93
Paranhana	126,80	107,89	0,85
Produção	111,07	96,89	0,87
Serra	104,23	82,53	0,79
Vale do Caí.....	122,71	109,74	0,89
Vale do Rio Pardo	105,03	83,21	0,79

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS — RAIS (1989/97). Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno).

NOTA: Os índices têm como base 1989 = 100.

(1) Os valores do Corede Alto Jacuí referem-se ao período 1989-96, em função de problemas identificados e confirmados pela DATAMEC em dados referentes a esse Corede, no ano de 1997.

Tabela 6

Índices do emprego total e do contingente de trabalhadores com ensino fundamental incompleto e indicador sintético nos Coredes com retração do emprego total — 1989-97

COREDES	EMPREGO TOTAL	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	INDICADOR SINTÉTICO
Campanha	79,78	70,47	0,88
Central	93,24	84,30	0,90
Centro-Sul	74,31	63,58	0,86
Fronteira Oeste	85,24	73,97	0,87
Hortênsias	91,26	72,66	0,80
Metropolitano Delta do Jacuí	69,94	61,32	0,88
Missões	97,95	89,53	0,91
Sul	77,31	64,62	0,84
Vale do Rio dos Sinos	84,71	67,39	0,80
Vale do Taquari	97,44	83,00	0,85

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS — RAIS (1989/97). Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno).

NOTA: Os índices têm como base 1989 = 100.

Retomando-se o ordenamento dos Coredes em função das razões obtidas e considerando-se a distribuição dos trabalhadores de cada uma das regiões por setor de atividade (Tabela 7), constata-se que, dos 11 Coredes com razões de no máximo 0,86, ou seja, os 11 melhor posicionados no *ranking*, sete — Serra, Vale do Rio Pardo, Vale do Rio dos Sinos, Hortênsias, Fronteira Noroeste, Paranhana e Vale do Taquari — têm a maior parcela de seus trabalhadores alocada no setor industrial,⁸ três — Noroeste Colonial, Sul e Centro-Sul — concentram a maior parcela no setor serviços, e um — Litoral — no comércio. Entre aqueles com razão maior do que 0,86, em seis (Fronteira Oeste, Produção, Metropolitano Delta do Jacuí, Nordeste, Campanha e Central), o setor serviços é o que abarca a maior parte dos empregados formais,⁹ em dois (Vale do Caí e Norte), é a indústria que detém a maior parcela; em outros dois (Missões e Médio Alto Uruguai), é na administração pública que se encontra o maior percentual de trabalhadores, e, em um (Alto Jacuí), é o comércio que abriga a maior parte dos trabalhadores.

A melhor performance evolutiva verificada para os Coredes em que predomina a indústria de transformação pode ser associada a sua condição inicial, marcada pela maior participação de trabalhadores com menor nível de escolaridade comparativamente às demais regiões. Considerando-se o emprego, em todos os setores, desse conjunto de regiões, os trabalhadores menos escolarizados representavam, em 1989, 62,16% em média; dando-se o mesmo tratamento àqueles Coredes em que predominava o setor serviços, essa média atingia 50,85%; o comércio 55,14%; e a administração pública 43,08%. Ao final do período, os Coredes “industriais” persistiam com uma maior participação de trabalhadores menos escolarizados frente aos demais, não obstante a sua melhor evolução. A média de participação do estrato menos escolarizado, em 1997, era de 51,99% para os Coredes com predomínio da indústria de transformação, de 43,42% para os em que preponderava o setor serviços, de 50,61% para aqueles em que o comércio predominava e de 40,89% naqueles com preponderância da administração pública.

⁸ Considera-se, para esse exercício, o setor que tem percentual mais alto na distribuição do emprego do Corede. Adverte-se que, mesmo naqueles casos em que os percentuais são muito próximos, se tomou o setor que rigorosamente apresentasse a maior participação.

⁹ É preciso salientar que o melhor resultado (menor indicador sintético) foi obtido pelo Corede Noroeste Colonial, em que a maior parcela de trabalhadores se concentra no setor serviços.

Tabela 7

Distribuição percentual do emprego, por setores de atividade
e por Corede — 1997

COREDES	EXTRATIVA MINERAL	INDÚSTRIA DE TRANSFOR- MAÇÃO	SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	CONSTRU- ÇÃO CIVIL	COMÉRCIO
Alto Jacuí (1)	0,45	11,86	2,37	2,89	25,98
Campanha	2,27	7,92	3,16	3,11	21,89
Central	0,49	12,91	1,54	5,60	22,77
Centro-Sul	2,33	23,33	2,58	2,45	17,41
Fronteira Noroeste ...	0,21	24,27	1,14	5,78	20,27
Fronteira Oeste	0,12	7,63	1,44	2,38	23,48
Hortênsias	0,20	45,46	0,67	2,63	13,56
Litoral	0,24	19,48	1,18	4,70	25,71
Médio Alto Uruguai ..	0,10	12,43	1,61	5,82	20,38
Metropolitano Delta do Jacuí	0,08	11,24	1,45	4,55	13,47
Missões	0,18	13,49	1,40	3,13	23,65
Nordeste	0,15	20,57	0,78	2,77	16,25
Noroeste Colonial	0,14	18,92	1,39	2,99	24,19
Norte	0,04	31,13	0,83	12,12	17,86
Paranhana	0,07	71,25	0,24	1,00	7,67
Produção	0,33	25,19	1,07	4,39	22,89
Serra	0,38	51,02	0,27	3,99	12,79
Sul	0,28	17,51	1,08	4,90	18,91
Vale do Caí	0,24	49,60	0,30	3,09	13,53
Vale do Rio dos Si- nos	0,27	48,34	1,68	3,47	15,12
Vale do Rio Pardo	0,34	36,36	0,67	5,41	17,19
Vale do Taquari	0,40	49,12	0,89	4,25	14,67

(continua)

Tabela 7

Distribuição percentual do emprego, por setores de atividade
e por Corede — 1997

COREDES	SERVIÇOS	ADMINIS- TRAÇÃO PÚBLICA	AGROPECUÁRIA, EXTRATIVA VEGETAL, CAÇA E PESCA	OUTROS/ IGNORADO	TOTAL
Alto Jacuí (1)	20,17	22,80	13,46	0,01	100,00
Campanha	23,49	20,33	17,55	0,28	100,00
Central	29,39	17,93	9,26	0,09	100,00
Centro-Sul	23,52	18,67	9,67	0,04	100,00
Fronteira Noroeste ...	20,52	23,35	4,46	0,00	100,00
Fronteira Oeste	27,09	14,69	23,00	0,16	100,00
Hortênsias	21,62	9,82	5,97	0,06	100,00
Litoral	23,36	19,64	5,68	0,01	100,00
Médio Alto Uruguai ..	19,06	36,54	4,03	0,03	100,00
Metropolitano Delta do Jacuí	36,02	32,27	0,90	0,02	100,00
Missões	24,44	24,82	8,78	0,11	100,00
Nordeste	23,83	14,39	21,22	0,03	100,00
Noroeste Colonial	26,60	19,39	6,33	0,04	100,00
Norte	20,86	13,54	3,61	0,01	100,00
Paranhana	7,85	8,33	3,59	0,00	100,00
Produção	26,90	12,56	6,59	0,09	100,00
Serra	22,69	7,06	1,79	0,01	100,00
Sul	31,98	16,50	8,57	0,27	100,00
Vale do Caí	18,97	10,38	3,86	0,04	100,00
Vale do Rio dos Si- nos	22,86	8,08	0,15	0,03	100,00
Vale do Rio Pardo	23,63	13,24	3,15	0,02	100,00
Vale do Taquari	17,19	10,38	3,08	0,01	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS — RAIS
(1989-97). Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego.
(CD de uso interno).

(1) Os valores do Corede Alto Jacuí referem-se ao período 1989-96, em função de problemas identificados e confirmados pela DATAMEC em dados referentes a esse Corede, no ano de 1997.

As diversidades regionais aparecem no grau de dispersão entre as participações dos trabalhadores menos escolarizados no emprego total de cada Corede. Naqueles em que os postos de trabalho da indústria de transformação eram os mais numerosos, o coeficiente de variação era de 16,1. Como casos extremos, encontravam-se a Fronteira Noroeste, que contava com a menor participação de trabalhadores sem o ensino fundamental completo, 39,14%, e o Paranhana, que, conforme já mencionado, detinha a maior participação desse estrato, com 68,07% (Tabela 8). Mesmo assim, nesses Coredes em que a indústria predomina, a evolução, entre 1989 e 1997, deu-se de maneira homogênea, como atesta o coeficiente de variação do indicador sintético utilizado neste estudo (5,54), sendo a média das razões de 0,84 (os valores mínimo e máximo foram de 0,79 no Serra e no Vale do Rio Pardo e de 0,93 no Norte).

Tabela 8

Participação percentual dos trabalhadores com ensino fundamental incompleto no total do emprego, indicador sintético, média, desvio padrão e coeficiente de variação nos Coredes com predomínio do emprego na indústria de transformação — 1989 e 1997

DISCRIMINAÇÃO	PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES COM ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO		INDICADOR SINTÉTICO
	1989	1997	
Fronteira Noroeste	46,60	39,14	0,84
Hortênsias	73,22	58,30	0,80
Norte	50,77	47,11	0,93
Paranhana	80,00	68,07	0,85
Serra	57,61	45,62	0,79
Vale do Café	65,83	58,87	0,89
Vale do Rio dos Sinos	66,30	52,74	0,80
Vale do Rio Pardo	56,49	44,75	0,79
Vale do Taquari	62,60	53,32	0,85
Média	62,16	51,99	0,84
Desvio padrão	9,978	8,368	0,05
Coeficiente de variação ...	16,053	16,094	5,54

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS — RAIS (1989/97). Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno).

Nas regiões em que a maior parcela de trabalhadores se encontrava no setor serviços, a dispersão entre as participações relativas do pessoal menos escolarizado, em 1997, também era significativa (coeficiente de variação de 13,95), oscilando entre 32,90% no Metropolitano Delta do Jacuí e 52,79% no Centro-Sul (Tabela 9). A exemplo do grupo anterior, esses Coredes mostraram uma evolução com expressivo grau de homogeneidade, registrando-se, no indicador sintético, praticamente o mesmo coeficiente de variação apurado para a indústria, de 5,46. Nesse conjunto, a média das razões foi de 0,86 – com valores oscilando entre 0,73 no Noroeste Colonial e 0,90 no Central.

Tabela 9

Participação percentual dos trabalhadores com ensino fundamental incompleto no total do emprego, indicador sintético, média, desvio padrão e coeficiente de variação nos Coredes com predomínio do emprego no setor serviços – 1989 e 1997

DISCRIMINAÇÃO	PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES COM ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO		INDICADOR SINTÉTICO
	1989	1997	
Campanha	48,38	42,73	0,88
Central	44,42	40,16	0,90
Centro-Sul	61,70	52,79	0,86
Fronteira Oeste	50,53	43,85	0,87
Metropolitano Delta do Jacuí	37,52	32,90	0,88
Nordeste	54,21	47,57	0,88
Noroeste Colonial	52,78	38,73	0,73
Produção	46,12	40,23	0,87
Sul	62,01	51,84	0,84
Média	50,85	43,42	0,86
Desvio padrão	7,49	6,06	0,05
Coeficiente de variação	14,73	13,95	5,46

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS — RAIS (1989/97). Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno).

Avançando-se na análise, passa-se a comentar os resultados dos indicadores sintéticos construídos a partir de um recorte setorial. Para cada um dos 22 Coredes, procurou-se apreender a evolução da escolaridade em três setores selecionados, captando-se, assim, a forma como se comportou a participação dos empregados com menor escolaridade sobre o emprego total do setor. De forma geral, o grau de dispersão dos índices dos 22 Coredes foi significativamente diferenciado de um setor para o outro.

O comércio — cujo agregado, no Estado, apresentou a mais acentuada retração relativa do contingente de trabalhadores com escolaridade mais baixa — é também o setor em que se observa maior homogeneidade dos índices entre as regiões, considerando-se o coeficiente de variação (8,45). O segundo maior grau de convergência dos índices dos Coredes verifica-se na indústria de transformação (9,24). Os setores em que ocorre mais alto grau de dispersão dos índices, por sua vez, são o SIUP (62,88) e a extrativa mineral (31,18) — Tabela 10.

Procurou-se afinar os resultados obtidos para três setores que apresentam importante peso no emprego formal gaúcho: serviços, indústria de transformação e comércio.¹⁰ Em um primeiro momento, para cada um deles, observou-se o comportamento dos índices setoriais em dois subconjuntos de Coredes: (a) aqueles em que a participação do setor no emprego regional era igual ou superior à que se verificava para o setor no agregado do Estado; (b) aqueles cujo contingente de trabalhadores, no setor, corresponde a, pelo menos, 3%¹¹ do total setorial do emprego no Rio Grande do Sul.¹² Por esses dois recortes, isolaram-se os Coredes em que cada setor tem maior relevância, o que poderia permitir uma melhor apreensão da dinâmica dessas atividades econômicas no que diz respeito à evolução dos requisitos de escolaridade da força de trabalho. Todavia os resultados obtidos foram, analiticamente, pouco substantivos nos três setores.

¹⁰ Desconsiderou-se, para este exercício de análise, a administração pública, tendo em vista a distorção que, com bastante segurança, pode-se deduzir que tenha ocorrido nos dados relativos a 1997 do Corede Metropolitano Delta do Jacuí: o emprego no setor, na RAIS daquele ano, marca queda de 75,59% frente ao ano de 1989, que serve de base à construção do indicador que se utiliza neste estudo. A inconsistência dos registros dessa região comprometeria a análise de todo o Estado, tendo em vista que, em 1996, ela respondia por 60,16% do emprego gaúcho na administração pública.

¹¹ Após sucessivas aproximações, considerou-se essa participação no emprego setorial do Rio Grande do Sul como sendo adequada para garantir um número significativo de Coredes no grupo.

¹² O ano que serve de base para aplicar esses dois critérios é o ponto final da série, 1997.

Tabela 10

Indicador sintético, média dos indicadores sintéticos, desvio padrão e coeficiente de variação, por setor de atividade, por Corede e para o RS — 1989-97

DISCRIMINAÇÃO	EXTRATIVA MINERAL	INDÚSTRIA DE TRANS- FORMAÇÃO	SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	CONSTRU- ÇÃO CIVIL	COMÉRCIO
Alto Jacuí (1)	0,77	0,94	4,12	0,95	0,94
Campanha	0,96	0,89	5,21	1,00	0,74
Central	0,89	0,89	1,47	0,86	0,77
Centro-Sul	0,76	0,82	3,41	0,80	0,73
Fronteira Noroeste ...	0,82	0,85	0,95	0,87	0,74
Fronteira Oeste	0,49	0,78	1,76	0,83	0,72
Hortênsias	0,45	0,80	1,28	0,79	0,67
Litoral	0,55	0,79	1,13	0,80	0,77
Médio Alto Uruguai ..	1,56	1,00	1,36	0,90	0,69
Metropolitano Delta do Jacuí	0,94	0,69	0,79	0,84	0,66
Missões	0,75	0,84	1,69	0,80	0,87
Nordeste	0,76	0,70	1,38	0,83	0,78
Noroeste Colonial ...	1,23	0,71	0,78	0,85	0,78
Norte	1,05	0,90	1,42	0,99	0,83
Paranhana	0,74	0,85	1,12	0,87	0,82
Produção	0,98	0,83	1,14	0,83	0,81
Serra	0,71	0,81	1,69	0,87	0,80
Sul	0,77	0,91	1,79	0,89	0,71
Vale do Caí	0,89	0,96	1,14	1,45	0,81
Vale do Rio dos Si- nos	0,84	0,80	2,15	0,62	0,72
Vale do Rio Pardo ...	0,37	0,82	4,45	0,90	0,72
Vale do Taquari	-	0,83	1,99	0,86	0,75
Rio Grande do Sul ...	0,81	0,83	1,63	0,86	0,74
Média	0,82	0,84	1,92	0,88	0,77
Desvio padrão	0,26	0,08	1,21	0,14	0,06
Coeficiente de varia- ção	31,18	9,24	62,88	16,39	8,45

(continua)

Tabela 10

Indicador sintético, média dos indicadores sintéticos, desvio padrão e coeficiente de variação, por setor de atividade, por Corede e para o RS — 1989-97

DISCRIMINAÇÃO	SERVIÇOS	ADMINIS- TRAÇÃO PÚBLICA	AGROPECUÁRIA, EXTRATIVA VEGETAL, CAÇA E PESCA	OUTROS/ IGNORADO	TOTAL
Alto Jacuí (1)	0,75	0,93	1,01	0,31	0,99
Campanha	0,59	0,50	1,26	1,99	0,88
Central	0,66	0,85	1,00	0,63	0,90
Centro-Sul	0,73	0,85	0,92	0,75	0,86
Fronteira Noroeste ...	0,71	0,83	0,97	-	0,84
Fronteira Oeste	0,61	0,49	1,09	1,21	0,87
Hortênsias	0,78	1,22	1,16	0,51	0,80
Litoral	0,85	0,97	1,03	1,13	0,86
Médio Alto Uruguai ..	0,92	1,01	1,03	0,00	0,99
Metropolitano Delta do Jacuí	0,79	1,49	0,54	0,86	0,88
Missões	0,74	0,83	1,32	0,57	0,91
Nordeste	0,95	0,80	0,90	1,83	0,88
Noroeste Colonial	0,61	0,66	1,05	0,74	0,73
Norte	0,71	0,88	1,12	1,59	0,93
Paranhana	0,95	1,09	1,06	0,00	0,85
Produção	0,77	0,76	0,99	1,37	0,87
Serra	0,81	0,70	0,96	0,45	0,79
Sul	0,87	0,66	0,99	1,04	0,84
Vale do Caí	0,68	0,70	1,02	0,93	0,89
Vale do Rio dos Si- nos	0,80	0,67	1,24	0,48	0,79
Vale do Rio Pardo	0,81	0,98	1,09	0,57	0,80
Vale do Taquari	1,16	0,57	1,07	0,81	0,85
Rio Grande do Sul ...	0,78	0,79	0,98	1,11	0,80
Média	0,78	0,84	1,04	0,85	0,86
Desvio padrão	0,13	0,23	0,15	0,52	0,06
Coeficiente de varia- ção	16,53	27,27	14,40	61,67	6,93

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS — RAIS (1989/97). Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno).

(1) Os valores do Corede Alto Jacuí referem-se ao período 1989-96, em função de problemas identificados e confirmados pela DATAMEC em dados referentes a esse Corede, no ano de 1997.

O primeiro critério utilizado levou a agrupar números bastante diferenciados de Coredes para cada um dos três setores: em 1997, em três regiões, o setor serviços tinha participação igual ou superior à que ostentava no Estado (27,90%); em oito, o percentual da indústria era superior ao que se verificava no total do emprego gaúcho (26,34%); já o comércio tinha, em 15 regiões, peso superior ao que desfrutava no Rio Grande do Sul (15,90%). Para esses três conjuntos de Coredes, foram calculadas tanto as médias aritméticas das razões setoriais das regiões quanto uma nova razão por agregação dos dados setoriais dos Coredes integrantes do subgrupo. Em nenhum dos três setores, qualquer desses dois novos indicadores marcou diferença relevante frente ao que havia sido observado para o conjunto do Estado.¹³

Selecionando-se os Coredes a partir do segundo critério e aplicando-se o mesmo tratamento dado no recorte anterior (construção de médias aritméticas e novas razões para esses agregados), os resultados foram, uma vez mais, pouco frutíferos. Tomando-se, para cada um dos setores, aqueles Coredes que detinham ao menos 3% do emprego setorial gaúcho, identificaram-se: sete casos nos serviços; oito na indústria de transformação; e nove no comércio. Uma vez mais as médias e as agregações setoriais se mantiveram muito próximas às razões observadas para o conjunto do Estado.¹⁴

Em uma tentativa subsequente de refinar a compreensão das transformações da distribuição da escolaridade, nesses três setores, em sua variedade de manifestações regionais, foram contrastados os comportamentos dos índices segundo outro critério: do conjunto de 22 regiões, agruparam-se, de um lado, aquelas em que o emprego setorial teve retração no período analisado; de outro, aquelas em que ele se expandiu. Nesse caso, os diferenciais entre os dados obtidos revelaram-se bem mais sugestivos, indicando, para cada setor, uma elevação um pouco mais pronunciada da escolaridade dos trabalhadores empregados naquelas regiões em que houve retração no emprego setorial.

¹³ No caso dos serviços, enquanto o índice estadual era de 0,78, a média aritmética das regiões selecionadas resultou em 0,77; e a razão do agregado, em 0,79. Para a indústria de transformação, os índices são, respectivamente, de 0,83, 0,85 e, novamente, 0,83; para o comércio, de 0,74, 0,77 e 0,76.

¹⁴ Dessa vez, para os serviços, a média aritmética das regiões selecionadas ficou em 0,76, e a do agregado dessas, em 0,78, quando a do Estado era, também, de 0,78. No caso da indústria de transformação, as razões eram, respectivamente, de 0,82, 0,81 e 0,83; no do comércio, de 0,74, 0,72 e 0,74.

Nos 12 Coredes em que, entre 1989 e 1997, houve aumento absoluto do número total de trabalhadores dos serviços, a média aritmética do indicador sintético atingiu 0,80, enquanto, para as 10 regiões em que o emprego setorial teve queda, essa média ficou em 0,76 (Tabelas 11 e 12). Com os índices mais elevados, destacam-se, no primeiro grupo, o Nordeste e o Paranhana (0,95); no segundo, o Vale do Taquari, cuja razão, resultando superior à unidade (1,16), se configura como um dado excepcional, já que indica aumento da participação relativa do segmento menos escolarizado da força de trabalho, o que contraria a tendência verificada nos mais diversos cruzamentos setoriais e regionais. Quanto às regiões em que houve mais claro descenso relativo dos trabalhadores sem ensino fundamental completo, no setor serviços figuram o Corede Central (indicador sintético de 0,66), no conjunto daquelas que tiveram crescimento do emprego setorial, e o Campanha, com 0,59, no grupo das que eliminaram postos no setor.

Tabela 11

Indicador sintético e média dos indicadores sintéticos, no setor serviços, nos Coredes com crescimento do emprego no setor — 1989-97

DISCRIMINAÇÃO	INDICADOR SINTÉTICO
Central	0,66
Vale do Caí	0,68
Norte	0,71
Fronteira Noroeste	0,71
Produção	0,77
Vale do Rio Pardo	0,80
Vale do Sinos	0,81
Serra	0,81
Litoral	0,85
Médio Alto Uruguai	0,92
Nordeste	0,95
Paranhana	0,95
Média	0,80

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS — RAIS (1989/97). Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno).

Tabela 12

Indicador sintético e média dos indicadores sintéticos, no setor serviços, nos Coredes com retração do emprego no setor — 1989-97

DISCRIMINAÇÃO	INDICADOR SINTÉTICO
Campanha	0,59
Noroeste Colonial	0,61
Fronteira Oeste	0,61
Centro-Sul	0,73
Missões	0,74
Alto Jacuí (1)	0,75
Hortênsias	0,78
Metropolitano Delta do Jacuí	0,79
Sul	0,87
Vale do Taquari	1,16
Média	0,76

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS — RAIS (1989/97). Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno).

(1) O indicador sintético do Corede Alto Jacuí refere-se ao período 1989-96, em função de problemas identificados e confirmados pela DATAMEC em dados referentes a esse Corede, no ano de 1997.

Também para a indústria de transformação, a evolução positiva da escolaridade dos empregados é mais reconhecível naquelas regiões em que houve eliminação de postos de trabalho (Tabelas 13 e 14). Em apenas oito Coredes, o emprego industrial cresceu no período. A média das taxas setoriais nesse subgrupo é de 0,88 — superior, portanto, à taxa do agregado do Estado (0,83). Já a média dos 14 Coredes em que a indústria eliminou vagas fica em 0,81. No subgrupo que teve expansão do emprego industrial, o “melhor” índice — o mais baixo — é o do Litoral (0,79); no outro conjunto de Coredes, destaca-se o Metropolitano Delta do Jacuí (0,69). Quanto aos resultados menos positivos, tem-se, no subgrupo de Coredes em que a indústria gerou novos empregos, uma taxa de 1,00 para o Médio Alto Uruguai — vale dizer, nenhuma mudança na proporção dos trabalhadores menos escolarizados —; no conjunto dos que têm retração de postos, o índice que expressa menor avanço é o do Alto Jacuí (0,94).

Tabela 13

Indicador sintético e média dos indicadores sintéticos, na indústria de transformação, nos Coredes com crescimento do emprego industrial — 1989-97

DISCRIMINAÇÃO	INDICADOR SINTÉTICO
Campanha	0,89
Fronteira Noroeste	0,85
Litoral	0,79
Médio Alto Uruguai	1,00
Norte	0,90
Paranhana	0,85
Produção	0,83
Vale do Caí	0,96
Média	0,88

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS — RAIS (1989/97). Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno).

Tabela 14

Indicador sintético e média dos indicadores sintéticos, na indústria de transformação, nos Coredes com retração do emprego industrial — 1989-97

DISCRIMINAÇÃO	INDICADOR SINTÉTICO
Alto Jacuí (1)	0,94
Campanha	0,89
Centro-Sul	0,82
Fronteira Oeste	0,78
Hortênsias	0,80
Metropolitano Delta do Jacuí	0,69
Missões	0,84
Nordeste	0,70
Noroeste Colonial	0,71
Serra	0,81
Sul	0,91
Vale do Rio Pardo	0,80
Vale do Sinos	0,82
Vale do Taquari	0,83
Média	0,81

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS — RAIS (1989/97). Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno).

(1) O indicador sintético do Corede Alto Jacuí refere-se ao período 1989-96, em função de problemas identificados e confirmados pela DATAMEC em dados referentes a esse Corede, no ano de 1997.

No comércio, assim como nos outros dois setores, a distribuição da escolaridade dos empregados muda de forma um pouco mais acentuada nas regiões em que o estoque de empregos do setor de atividade sofreu diminuição (Tabela 15). Este é o caso de menos da metade das regiões — nove delas. A média das taxas desse conjunto de Coredes atinge 0,74, valor igual ao obtido para o agregado do Rio Grande do Sul. Todavia a média das 13 regiões em que o emprego do comércio mostrou elevação se apresenta superior, chegando a 0,78 (Tabela 16). Com mais expressivos aumentos de participação do segmento de mais alta escolaridade figuram Hortênsias (0,67), entre as regiões cujo emprego setorial aumenta, e Metropolitano Delta do Jacuí (0,66) no outro subgrupo. As razões menos expressivas são observadas, mantendo-se a ordem dos grupos, nos Coredes Alto Jacuí (0,94) e Missões (0,87).

Tabela 15

Indicador sintético e média dos indicadores sintéticos, no setor comércio, nos Coredes com retração do emprego no setor — 1989-97

DISCRIMINAÇÃO	INDICADOR SINTÉTICO
Campanha	0,74
Central	0,77
Centro-Sul	0,73
Fronteira Noroeste	0,74
Fronteira Oeste	0,72
Metropolitano Delta do Jacuí	0,66
Missões	0,87
Sul	0,71
Vale do Rio Pardo	0,72
Média	0,74

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS — RAIS (1989/97). Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno).

Tabela 16

Indicador sintético e média dos indicadores sintéticos, no setor comércio, nos Coredes com crescimento do emprego no setor — 1989-97

DISCRIMINAÇÃO	INDICADOR SINTÉTICO
Norte	0,83
Alto Jacuí (1)	0,94
Hortênsias	0,67
Litoral	0,77
Médio Alto Uruguai	0,69
Nordeste	0,78
Noroeste Colonial	0,78
Paranhana	0,82
Produção	0,81
Serra	0,80
Vale do Cai	0,81
Vale do Sinos	0,72
Vale do Taquari	0,75
Média	0,78

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS — RAIS (1989/97). Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. (CD de uso interno).

(1) O indicador sintético do Corede Alto Jacuí refere-se ao período 1989-96, em função de problemas identificados e confirmados pela DATAMEC em dados referentes a esse Corede, no ano de 1997.

3 - Considerações finais

A retração do mercado formal de trabalho nos anos 90 justifica o entendimento de que a seletividade no acesso a esses empregos de melhor qualidade vem se intensificando. Uma das questões necessariamente subjacentes em um estudo sobre a evolução da escolaridade dos trabalhadores formalmente contratados é o grau de relevância que os níveis educacionais representam para as possibilidades de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho.

A importância conferida à variável escolaridade tem uma primeira justificativa no processo de reestruturação produtiva, que vem provocando, no País, intensos esforços, por parte das empresas, no sentido de implementar inovações tecnológicas e gerenciais. Estas trariam, como um de seus traços distintivos, elevação

nos requisitos de qualificação da força de trabalho, com destaque para habilidades que têm na escolaridade uma condição fundamental. Sob esse ponto de vista, a evolução dos níveis educacionais da mão-de-obra empregada sinalizaria, de forma indireta, o grau de difusão de mudanças nos processos de produção e de trabalho.

Sob outra perspectiva, que não contradiz a anterior, mas permite matizá-la, pode-se argumentar que, independentemente de alterações no conteúdo dos postos de trabalho, os empregadores, diante do excedente de oferta de trabalho — manifesto nas elevadas taxas de desemprego —, têm condições de priorizar a contratação, ou a manutenção no emprego, de indivíduos mais escolarizados, sem que isso implique pressões salariais. O trabalhador dispor-se-ia, nessa conjuntura, a aceitar ocupações aquém das potencialidades que, em um momento anterior, sua escolaridade lhe abria. Nesse plano, operaria uma seletividade espúria: sem qualquer enriquecimento dos postos em disputa, os indivíduos menos escolarizados enfrentariam redobrada restrição de suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

A ponderação do peso com que essas diferentes “lógicas” atuam, e a consideração de outros fatores econômicos e sociais intervenientes requer estudos aprofundados, que contemplem especificidades setoriais e regionais. Neste artigo, buscou-se, fundamentalmente, apresentar as evidências, sistematizadas pelo NET, acerca da evolução da escolaridade dos trabalhadores do mercado formal do Estado, segundo Coredes e setores econômicos, destacando-se resultados que, considera-se, podem suscitar e subsidiar investigações suplementares, bem como, eventualmente, os esforços de formulação de políticas públicas.

A primeira constatação é a melhora generalizada do nível de escolaridade dos trabalhadores formais, tanto no agregado do Estado como, apesar das diferenças de intensidade, em todas as regiões e em praticamente todos os setores de atividade. No Estado, a parcela dos empregados que não haviam concluído o ensino fundamental passou de 51,0% do total em 1989 para 41,0% em 1997. Enquanto o estoque total de empregados sofreu retração de 6,3%, o estrato menos escolarizado enfrentou queda de 24,6%.

Quanto às regiões e setores de atividade, deve-se ter presente a diversidade que se verifica nos níveis educacionais da força de trabalho sob esses dois recortes. Tomando-se os dados de 1997, setorialmente, a parcela de empregados sem ensino fundamental variava de 67,28% na construção civil a, aproximadamente, 33% no comércio e no serviços; regionalmente, oscilava entre 68,07% no Paranhana e 32,9% no Metropolitano Delta do Jacuí.

A partir do indicador sintético, constata-se que, na comparação dos 22 Coredes, a intensidade da **mudança** na escolaridade entre 1989 e 1997 mostrou

menor dispersão do que os dados da **participação** dos empregados menos escolarizados, ao final da série. Ou seja, regiões bastante distintas quanto à escolaridade dos trabalhadores evoluíram de forma relativamente mais homogênea quanto a essa variável. O indicador sintético oscilou entre 0,73 para o Noroeste Colonial e 0,99 para o Alto Jacuí e o Médio Alto Uruguai.

Dentre os Coredes com maior representatividade no emprego estadual, o Vale do Sinos e o Serra mostraram evolução da escolaridade mais positiva do que a do agregado do Rio Grande do Sul, ao passo que o Metropolitano Delta do Jacuí apresentou alteração menos pronunciada, sendo importante destacar, entretanto, que ele atravessa toda a série com as proporções mais elevadas, entre os Coredes, de empregados com, no mínimo, ensino fundamental completo.

Em apenas seis regiões, aumentou o número de trabalhadores com menor escolaridade. Nesses casos, tal elevação foi proporcionalmente inferior à do emprego total. Em outros seis Coredes, ocorreu crescimento do emprego total e diminuição no segmento de trabalhadores com menos anos de estudo. Nas 10 regiões em que houve queda do estoque de postos formais, a retração foi percentualmente mais severa para os indivíduos menos escolarizados.

Ao se agruparem os Coredes conforme o comportamento, positivo ou negativo, do emprego total, não se obteve diferença significativa nos valores médios do indicador sintético que expressa a evolução da escolaridade. Constatou-se, entretanto, que, em sete dos 11 Coredes que tiveram melhores resultados, a indústria de transformação era o setor com maior número de empregados. Isso não implica que a evolução positiva tenha sido determinada especificamente por mudanças no perfil de escolaridade dos trabalhadores industriais, pois o indicador sintético utilizado na referida observação diz respeito ao conjunto das atividades econômicas. Um fator que pode explicar a destacada evolução da escolaridade nessas regiões é o fato de que elas iniciaram a série em condições bastante desvantajosas.

Em verdade, quando se construíram os indicadores sintéticos a partir de um recorte setorial, as transformações mais acentuadas no perfil de escolaridade se verificaram nas atividades do Terciário, com destaque para o comércio. Na indústria de transformação, o índice foi superior ao do agregado do mercado, revelando evolução mais discreta da escolaridade.

Nesses indicadores por setor de atividade, uma constatação interessante emergiu: para serviços, comércio e indústria de transformação, diferentemente do resultado obtido no agregado setorial, a elevação da escolaridade foi mais acentuada nas regiões em que o setor sofreu perda de emprego. Essa evidência — que merece atenção, dada a elevada participação desses setores no emprego e o fato de que eles são, presumivelmente, menos sujeitos a

erros de informação na RAIS — sinalizaria que a seletividade nas demissões pode ter, em certos contextos, mais poder do que os critérios de recrutamento para determinar a elevação da escolaridade da força de trabalho.

Finalmente, reitera-se a importância de estudos regionalizados que incorporem outros elementos analíticos. Dentre estes, é especialmente importante contrastar a evolução da escolaridade dos empregados formais com a da população em geral — destacadamente da PEA. Uma elevação da primeira pode, eventualmente, limitar-se a refletir uma ascensão nos níveis educacionais da sociedade. Não se dispõe das informações sobre a escolaridade da PEA em cada Corede no período aqui analisado. Tampouco para o Estado, tendo em vista mudanças metodológicas na PNAD, conta-se com dados comparáveis de 1989 a 1997. Como ilustração, entre 1992 e 1997, a PEA gaúcha cresceu 2,96%, enquanto, dentro dela, o contingente de indivíduos com escolaridade inferior ao ensino fundamental decresceu 7,2%. Calculando-se, para essa evolução, um indicador sintético como o que embasou este texto, obter-se-ia, para a PEA, um valor de 0,90. Já o indicador para o mercado formal, entre 1992 e 1997, atingiria 0,86.

Nesse caso e nesse nível de agregação, a evolução da escolaridade da PEA deu-se com uma intensidade não muito distante da que se verificou no mercado formal de trabalho. Ainda assim, a esfera do emprego legalizado restringiu ainda mais o acesso aos trabalhadores sem ensino fundamental completo. Em 1997, esse estrato de escolaridade representava 61,52% da PEA gaúcha, ao passo que, no mercado formal, sua participação se limitava a 41,06%.

Bibliografia

- AMADEO, Edward (1998). **Mercado de trabalho brasileiro: rumos, desafios e o papel do Ministério do Trabalho**. Brasília : Câmara dos Deputados.
- BALTAR, Paulo E. A., MATTOSO, Jorge E. L. (1997). Transformações estruturais e emprego nos anos 90. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v.18, n.1, p.13-40.
- BARROS, Ricardo P., FOGEL, Miguel, MENDONÇA, Rosane. (1997). Perspectivas para o mercado de trabalho brasileiro ao longo da próxima década. **Estudos Econômicos**, São Paulo : USP/IPE, v.27.
- CARLEIAL, Liana, VALLE, Rogério, org. (1997). **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Hucitec; ABET.

- CHAHAD, José Paulo Z. (1998). Estabilização e desemprego em tempo de mudança: realidade e desafios no caso brasileiro. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.26, n.2, p.253-282.
- DEDECA, Cláudio.(1998). O desemprego e seu diagnóstico hoje no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo: Editora 34, v.18, n.1, p.99-119, jan./mar.
- DE TONI, Miriam, XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. (1997). **Desafios do emprego**. Porto Alegre : SCP; FEE; METROPLAN. (PROJETO RS 2010).
- NAJBERG, Sheila, OLIVEIRA, Paulo André de Souza (1999). **A dinâmica recente do emprego formal no Brasil**. Rio de Janeiro : BNDES (Nota Técnica n.6).
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS; Brasil (1999). Rio de Janeiro : IBGE.
- POCHMANN, Márcio (1998). Velhos e novos problemas do mercado de trabalho no Brasil, **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.26, n.2, p.119-139.
- SABOIA, João (1999). Desconcentração industrial no Brasil nos anos 90. **Boletim de Conjuntura**, Rio de Janeiro : IE /UFRJ, v.19, n.4, p.62-65, dez.
- STERNBERG, Sheila S. Wagner, JORNADA, Maria Isabel H., XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. (2000). O emprego formal no RS, nos anos 90: diferenciais na retração. **Indicadores FEE**, Porto Alegre, v.27, n.4, p.209-248.
- STERNBERG, Sheila S. Wagner (2000). O emprego formal no COREDE Vale do Rio dos Sinos: uma trajetória marcada pela forte retração do emprego industrial. **Indicadores FEE**, Porto Alegre, v.28, n.2.
- XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. et all (2000). Mercado de trabalho no Rio Grande do Sul nos anos 90. In: FLIGENSPAN, Flávio B., org. **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre : FEE. (no prelo).